

Movimento Solidariedade Reconhecimento e Gratidão

Os militantes do movimento Solidariedade desenvolveram uma extensa rede de contactos internacionais que não excluiu Portugal

POR **KATARZYNA SKÓRZYŃSKA**

EMBAIXADORA DA REPÚBLICA DA POLÓNIA EM PORTUGAL

Celebrando o trigésimo aniversário do nascimento do movimento Solidariedade, permitimo-nos olhar para trás e relembrar vários momentos que tiveram grande impacto na vida da sociedade polaca e na nossa própria vida. Penso que a nossa geração teve muita sorte e que o mesmo se poderá afirmar em relação aos nossos amigos portugueses. Ambos vivemos a dura e dolorosa experiência da ditadura, a oposição a ela, a resistência. Ambos contámos com o apoio de pessoas que entenderam a nossa luta e quiseram abrir o caminho para a liberdade e para a democracia. Foi-nos concedida a satisfação de, não só vermos os nossos países livres de regimes autoritários, como também a possibilidade de desenvolvermos carreiras profissionais e políticas em países democráticos. É para nós uma grande honra poder receber os portugueses que contribuíram decisivamente para o sucesso da democracia em Portugal, e os Polacos que participaram no movimento

Solidariedade que conduziu, em 1989, à constituição do primeiro governo não comunista na região controlada pela União Soviética.

O movimento Solidariedade contou, desde o seu início, com grande apoio por parte das sociedades e dos governos dos países democráticos. No entanto, este apoio generalizado nem sempre se traduziu num apoio político. Relembramos que o movimento nasceu em 1980 e que, a 13 de Dezembro de 1981, foi declarado, pelo General Jaruzelski, o estado de sítio - oito anos antes do “Outono dos Povos” que,

definitivamente, transformou a paisagem política de toda a Europa. Apesar da bastante favorável conjuntura internacional – com o apoio dos presidentes norte americanos Ronald Reagan e Jimmy Carter e com a incansável ajuda do Papa João Paulo II e dos sindicatos de todo o mundo – havia, entre os governos europeus, muito medo que a extraordinária força do Solidariedade (traduzida em 10 milhões de membros efectivos) pudesse conduzir à confrontação e a uma intervenção militar por parte do Kremlin.

A invasão da União Soviética ao Afeganistão em Dezembro de 1979, o boicote aos Jogos Olímpicos de Moscovo pelos 55 países, em Julho de 1980, o despertar da guerra entre o Irão e o Iraque em Agosto de 1980, contribuíram para o aumento da tensão internacional. O tempo de *détente* estava a acabar. As reacções dos governos ao fenómeno do Solidariedade eram, de modo geral, positivas. No entanto, as reacções da sociedade civil eram muito mais entusiastas. De facto, o entusiasmo dos sindicatos, jornalistas, organizações católicas e organizações de defesa dos direitos humanos, acompanhou-nos durante os duros anos do estado de sítio.

Anos difíceis, tanto do ponto de vista da sobrevivência do sindicato como, em alguns casos, da sobrevivência dos próprios membros do movimento. Foi nesta altura que a maioria das sociedades ocidentais demonstrou maior apoio e solidariedade ao povo polaco, principalmente de um ponto de

AS ELITES POLACAS, REPRESENTADAS NO SEIO DO SOLIDARIEDADE, ANALISARAM ATENTAMENTE A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA DA “REVOLUÇÃO DOS CRAVOS”, TOMANDO NOTA DO CARÁCTER PACÍFICO DE TODO O PROCESSO E DAS CAPACIDADES POLÍTICAS E DE NEGOCIAÇÃO DOS SEUS LÍDERES



vista humanitário, enviando alimentos, medicamentos e outros produtos que escasseavam na Polónia. Aqui nasceram fortes laços de amizade que, em muitos casos, continuam a existir. Deve destacar-se que o governo e a sociedade portuguesa se incluíram nesta onda de apoio ao Solidarietà.

Os militantes do movimento Solidarietà desenvolveram uma extensa rede de contactos internacionais que não excluiu Portugal. Bronislaw Geremek e Adam Michnik mantiveram, ao longo dos anos, bons contactos pessoais com proeminentes líderes portugueses como Mário Soares, Jorge Sampaio, entre outros. As elites polacas, representadas no seio do Solidarietà, analisaram atentamente a experiência portuguesa da “Revolução dos Cravos”, tomando nota do carácter pacífico de todo o processo e das capacidades políticas e de negociação dos seus líderes. A partir dos anos sessenta, as organizações dos leigos católicos estabeleceram ligações e apoiaram-se mutuamente. O governo de Francisco Pinto Balsemão foi um dos primeiros, entre os países ocidentais e membros da NATO, a reagir contra o estado de sítio.

Um dia depois da declaração do estado de guerra na Polónia, num comunicado, de 14 de Dezembro de 1981, aprovado durante a reunião extraordinária do Conselho de Ministros, é expresso um duro protesto contra as “medidas repressivas tomadas pelo governo polaco”, acções que “transcendiam os limites do direito interno”, pela imposição de medidas “altamente restritivas dos direitos fundamentais do homem e de total negação das liberdades sindicais”, contrariando, “expressamente, a Acta Final de Helsínquia”. Por fim, fez votos para que “o heróico povo polaco reencontre a sua liberdade de expressão e decisão (...) bem como determinar as estruturas políticas pelas quais se quer reger”.

Também a Assembleia da República condenou a instituição do “estado de guerra”. A estes notáveis gestos e declarações políticas, somaram-se várias iniciativas civis e da União Geral de Trabalhadores (UGT), contando, igualmente, com uma rigorosa e objectiva cobertura de imprensa. A UGT organizou, no dia 16 de Dezembro de 1981, uma série de protestos e demonstrações nas maiores cidades portuguesas. Os principais jornais portugueses: *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias*, *Expresso*, entre outros, publicaram numerosos artigos sobre a situação vivida na Polónia, referindo várias reacções da opinião pública portuguesa e estrangeira ao desenrolar das acções. A título de exemplo, destaco a edição do *Jornal de Notícias*, de dia 20 de Dezembro de 1981, onde se publicou o artigo “O frio de Varsóvia”, em que se cita as palavras do arcebispo de Braga, Sua Excelência Reverendíssima, Dom Eurico Dias Nogueira “Os sistemas totalitários tanto podem brotar da chamada Direita como da



Em Portugal, foram condecoradas dezasseis pessoas, entre elas, antigos presidentes Mário Soares e Jorge Sampaio, Presidente do Tribunal de Contas Guilherme d'Oliveira Martins, bem como José Francisco Pereira Pinto Balsemão, Dom Eurico Dias Nogueira, André Gonçalves Pereira, Diogo Freitas do Amaral, José Manuel Torres Couto, Dom Serafim de Sousa Ferreira e Silva, João Proença, José Falcão, João Carlos Espada, Mário António da Mota Mesquita, Henrique Coelho, Sofia Alves Inácio e Paula de Azevedo Zoio.

Esquerda: tanto do nazi-fascismo como do comunismo. Aquilo que aconteceu na Polónia só não era previsível para quem desconhece a incompatibilidade radical de qualquer sistema totalitário com a autêntica democracia”. Deve ainda referir-se que, entre Outubro de 1981 e Janeiro de 1982, graças ao apoio e trabalho de redacção de algumas das pessoas

aqui presentes, foram publicados quatro números do boletim do “Comité de Informação sobre a Luta do Solidarietà”.

Não me é possível descrever, nesta breve intervenção, todas as acções de apoio ao Solidarietà levadas a cabo em Portugal. Foram várias em número e assumiram diversas formas, oscilando entre um carácter político, humanitário e mediático.

Muito nos honra esta possibilidade de agradecer, ainda que simbolicamente, a estas pessoas e a muitas outras que permanecem anónimas. A ideia de atribuição das Medalhas de Gratidão nasceu por iniciativa do Centro Europeu do Solidarietà, cujo director, Padre Maciej Zieba, nos acompanha.

Não poderia deixar de agradecer a Aleksander Smolar, presidente da Fundação de Stefan Batory e activista da oposição democrática, bem como ao Prof. Doutor Karol Modzelewski, actual vice-presidente da Academia Polaca de Ciências e, também ele, notável activista da oposição democrática. A título de curiosidade, gostaria ainda de acrescentar que o Prof. Karol Modzelewski foi um dos responsáveis pela adopção do simbólico nome do movimento que hoje conhecemos como Solidarietà. ::